

***Cannabis* medicinal em sala de aula: uma experiência extensionista de educação e reflexão**

Medicinal Cannabis in the classroom: an extension experience of education and reflection

Vitória Macario de Simas Gonçalves

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0009-3706-4490>

E-mail: vitoriamacario511@gmail.com

Wallace Ferreira

Professor Associado do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7496-9485>

E-mail: walaceuerj@yahoo.com.br

Guilherme Carneiro Montes

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4946-9056>

E-mail: guilherme.montes@uerj.br

Resumo

Este trabalho relata uma experiência de extensão universitária desenvolvida no Instituto de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ), durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), em outubro de 2024. A ação resultou da parceria entre os projetos de extensão “Sociologia, Juventude e Cidadania” e a “Liga Acadêmica de Ciências Cannabicas (LACICAN)” e teve como objetivo abordar, junto a estudantes de duas turmas do primeiro ano do ensino médio, os aspectos históricos,

medicinais e legais da *Cannabis*, com ênfase na desconstrução de estigmas e na promoção de uma reflexão crítica. As atividades evidenciaram o potencial da extensão universitária como espaço de diálogo interdisciplinar, formação cidadã e democratização do conhecimento. Ao integrar diferentes saberes e atores sociais, a iniciativa reafirma o papel da universidade pública na produção de uma educação comprometida com o conhecimento científico e a transformação social.



Palavras-chave: *Cannabis* medicinal; Proposta educativa; Parceria extensionista.

Abstract

This paper reports on a university extension experience developed at the Institute of Application of the State University of Rio de Janeiro (CAp-UERJ) during the 21st National Week of Science and Technology (SNCT) in October 2024. The activity resulted from a partnership between the extension projects “Sociology, Youth, and Citizenship” and the “Academic League of *Cannabis* Sciences (LACICAN)”. It aimed to address, with students from two first-year high school

classes, the historical, medicinal, and legal aspects of *Cannabis*, with an emphasis on deconstructing stigmas and promoting critical reflection. The activities highlighted the potential of university extension as a space for interdisciplinary dialogue, civic education, and the democratization of knowledge. By integrating different forms of knowledge and social actors, the initiative reaffirms the role of the public university in the production of an education committed to scientific knowledge and social transformation.

Keywords: Medical *Cannabis*; Educational proposal; Extension partnership.

Área de extensão: Educação e Saúde

Introdução

A extensão universitária constitui um elo fundamental entre a universidade e a sociedade. No contexto brasileiro, essa dimensão acadêmica adquiriu contornos próprios ao longo do século XX, inicialmente impulsionada pelas concepções pedagógicas de Paulo Freire, nos anos 1960, e consolidada, sobretudo, a partir da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988).

Nesse cenário, a extensão deixa de ser uma mera via de disseminação de conhecimento produzido na academia para assumir o papel de prática formativa e instrumento de engajamento crítico dos estudantes com as demandas sociais concretas. Ao se realizar no ambiente escolar, o conhecimento científico constitui, conforme ressaltam Silva, Ferreira e Vieira (2017), eixo de democratização do saber e de promoção de cidadania.

Este trabalho relata uma experiência extensionista desenvolvida no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ), realizada em 2024, caracterizada por duas aulas em turmas do primeiro ano do ensino médio. A ação, fruto da parceria entre dois projetos de extensão da UERJ,



abordou a história, os usos medicinais e o panorama legal da *Cannabis*, buscando desconstruir estigmas e fomentar uma reflexão crítica entre estudantes da educação básica. A iniciativa ilustra como a extensão pode ser um espaço de interdisciplinaridade, diálogo e construção coletiva de conhecimento, reforçando o compromisso social da universidade pública.

Breve histórico da extensão universitária

Os primeiros registros de atividades extensionistas surgiram na Inglaterra, na segunda metade do século XIX. Segundo Mirra (2009), a Universidade de Cambridge foi, provavelmente, a pioneira ao instituir, em 1871, um programa formal de “cursos de extensão”, por meio do qual seus docentes passaram a levar conhecimento a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Da Inglaterra, a extensão transitou para outros países dentro e fora da Europa, até chegar aos Estados Unidos entre fins do século XIX e início do século XX. As ações desencadeadas em universidades norte-americanas, por sua vez, auxiliaram na modernização agrícola, surgindo um modelo de interação com a comunidade que implicava a universidade no desenvolvimento de uma produção com viés capitalista.

No Brasil, Nogueira (2005) afirma que as atividades de extensão oriundas de instituições de ensino superior datam de 1911, inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, reproduzindo vertentes mais próximas da tradição extensionista europeia, caracterizando-se por uma perspectiva de educação continuada, voltada às classes populares e à prestação de serviços na área rural. A existência legal da extensão universitária por aqui foi estabelecida pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que definiu as bases do sistema universitário brasileiro (Paula, 2013). Já nas décadas de 1950 e 1960, a extensão passou a exercer um papel estratégico na luta por transformações sociais, destacando-se a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante a Reforma Universitária proposta pelo governo João Goulart.

Em Recife, na década de 1960, Paulo Freire atuava como professor de História e Filosofia da Educação na Universidade do Recife (atual UFPE), onde propôs uma



reformulação conceitual do termo “extensão”. Para Freire, o conceito carregava uma noção de “invasão”, e, por isso, deveria ser substituído pelo de “comunicação”, promovendo uma relação dialógica e de conscientização, incluindo uma via de mão dupla em que universitários e comunidades trocavam saberes e experiências. Segundo Paula (2013, p. 17):

Foi na Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, ampliando o que já vinha sendo feito pelos estudantes com a luta pela Reforma Universitária. De fato, é com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares, de que é exemplar manifestação o livro “Extensão ou Comunicação?”, de 1969, escrito no Chile, onde Paulo Freire discute as bases de uma comunicação efetiva entre o saber agrotécnico e os camponeses chilenos, em que certo conceito de extensão é criticado por suas implicações unilaterais e invasivas para dar lugar a uma prática, a uma cultura, necessariamente, dialógica, educativa e comunicacional.

Coelho (2014) ressalta que, dali em diante, até os anos 1980, no Brasil e em outros países, a extensão apresentou pouco ou nenhum crescimento, embora eventualmente surgissem manifestações em sua defesa por parte de estudantes universitários. Deve-se lembrar que, durante o regime civil-militar (1964-1985), as universidades brasileiras foram fortemente controladas pelo Estado, e muitas práticas extensionistas críticas, sobretudo aquelas ligadas aos movimentos sociais e à educação popular inspirada por Paulo Freire, foram reprimidas ou desestimuladas (Gadotti, 2017).

Somente com a abertura política e seus desdobramentos político-sociais, a extensão foi ressignificada e fortalecida como dimensão fundamental da universidade pública. Além do esgotamento do regime militar, a retomada da importância da extensão na década de 1980 decorreu, em grande medida, de dois fatores principais: a crise no financiamento das universidades, observada em diversos países; e uma crise de legitimidade, marcada pelo questionamento do isolamento da academia em relação à sociedade. Segundo Coelho (2014, p. 13),



[...] a extensão passa a ser, portanto, uma estratégia de buscar ou justificar maiores investimentos e, ao mesmo tempo, promover uma legitimação do saber acadêmico na direção das demandas sociais, tornando-o mais aplicado e buscando sua validação em situações mais tangíveis.

Nesse contexto, mencionam-se três ações significativas. A primeira foi a criação, em 1987, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Desde então, o Fórum tem desempenhado papel importante tanto na conceituação da extensão quanto na formulação de instrumentos para avaliação e acompanhamento de suas ações. Além disso, contribuiu para a efetiva institucionalização da extensão como dimensão indissociável da atuação acadêmica, consolidando-se como principal interlocutor na definição de políticas públicas voltadas ao seu fomento no país (Paula, 2013).

A segunda iniciativa de destaque foi a formulação da premissa de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inscrita no artigo 207 da CF 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). A partir daí, a extensão passou a ser reconhecida não apenas como um instrumento de aplicação do conhecimento, mas como espaço de interação dialógica entre universidade e sociedade, retomando em muitos casos os princípios freirianos da educação popular, da escuta, do diálogo e do compromisso social.

E, em terceiro lugar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), que, em concordância ao preceito constitucional, reforçou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a LDB reconhece a extensão universitária como parte fundamental da missão das instituições de ensino superior, o que é tratado especialmente no artigo 43, inciso VII, segundo a qual as universidades devem “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Ao propor a extensão como atividade formativa e transformadora, a LDB legitima a atuação das universidades para além dos muros



institucionais, permitindo que suas ações alcancem comunidades diversas e contribuam com o desenvolvimento social, cultural e científico do país.

Corrêa (2003) afirma que a extensão, enquanto atividade formadora, desloca o eixo pedagógico clássico professor-aluno para o eixo aluno-comunidade, com a atuação do professor como coparticipante, orientador, educador, tutor e pedagogo, complementando aspectos da educação formal. Nessa ótica, e considerando a perspectiva de ambos os projetos extensionistas envolvidos neste relato, principalmente no que se refere ao engajamento dos estudantes de licenciatura, Coelho (2014, p. 16), salienta que:

A participação em atividades extensionistas permite aos estudantes, por um lado, aumentar seu engajamento social e desenvolver cidadania e, por outro, qualificar-se profissionalmente, tendo, na interação com a sociedade, fonte de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, sentindo-se, dessa forma, mais seguros para o exercício profissional após a diplomação.

Essas atividades realizadas no ambiente escolar permitem que os estudantes universitários vivenciem realidades diversas, desenvolvendo sensibilidade social, pensamento crítico e compromisso cidadão. A extensão se reafirma como prática transformadora, não apenas no sentido de levar conteúdos às comunidades, mas principalmente de aprender com elas, em uma relação horizontal de troca e construção coletiva.

O CAp-UERJ e a parceria entre os projetos de extensão envolvidos

A ação extensionista relatada ocorreu no CAp-UERJ, em 18 de outubro de 2024, durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que consiste em iniciativas científicas pelo país. O Instituto de Aplicação, por sua vez, cadastra sua Feira de Ciências e Tecnologia anual neste importante projeto nacional, oportunidade para que ligas acadêmicas e projetos extensionistas compartilhem seus trabalhos com a educação básica e com os estudantes das licenciaturas que realizam estágios supervisionados no Instituto.



A ação, nesse sentido, foi previamente acordada com a instituição, incluindo a inexistência de coleta de dados sensíveis e a ausência de identificação de estudantes participantes.

Deve-se ressaltar que o CAp-UERJ está vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objetivo o desenvolvimento da formação inicial e continuada de professores. Criado no ano 1957, em função do Decreto-Lei 9053/1946, que tornou obrigatório às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras o estabelecimento dos chamados “ginásios experimentais”, “colégios de demonstração” ou “colégios de aplicação” (Correia, 2017), em 1997 o CAp-UERJ propôs sua transformação de Colégio de Aplicação em Instituto de Aplicação. Com isso, houve uma redefinição de suas características acadêmicas, estabelecendo-se como local de experimentação metodológica e de estágio para toda a universidade, reforçando sua função enquanto unidade acadêmica da UERJ (Moreira; Lins, 2016).

À luz desse contexto institucional, foi estabelecida a parceria entre os dois projetos de extensão que fundamentam as atividades relatadas neste estudo. O primeiro deles é o do CAp-UERJ “Sociologia, Juventude e Cidadania”, criado em 2017, e que se caracteriza por levar discussões relacionadas ao currículo de Sociologia, e temas transversais, a colégios da rede pública estadual do estado do Rio de Janeiro, visando contribuir, majoritariamente, junto à juventude, na ampliação de debates sobre cidadania. Em busca de suas ações, são feitas parcerias internas no âmbito da UERJ, com profissionais de diversas áreas, contribuindo interdisciplinarmente; e parcerias externas, com professores e profissionais de instituições as mais diversas e que também estejam interessados nesse tipo de reflexão/formação junto ao público jovem (Ferreira *et al.*, 2020). No Instagram, o perfil do projeto, também chamado de Sociologia Jovem, é <@sociologiajovem>.

A articulação com a Liga Acadêmica de Ciências Cannabicas, do Departamento de Farmacologia e Psicobiologia da UERJ, insere-se nesse formato de parceria interna voltada à interdisciplinaridade. A LACICAN foi criada em 2022 com o propósito de desfazer mitos em torno da *Cannabis*, divulgar novos estudos científicos, mudanças na legislação e curiosidades sobre o tema. Os pesquisadores participam intensamente da administração das redes sociais, da pesquisa para produção de conteúdo, da divulgação da Liga e da



organização de eventos e atividades educativas (Macario *et al.*, 2023). No perfil do Instagram <@lacican_uerj>, a Liga elabora e divulga conteúdos sobre *Cannabis* medicinal. Em termos de visitas a escolas, até o momento foram três idas ao CAp-UERJ entre 2022 e 2025, com seis atividades no total, duas das quais são alvo desta pesquisa.

Ademais, o tema abordado pela parceria entre os projetos extensionistas torna-se ainda mais relevante ao aproximar universidade e comunidade e permitir que os discentes, com respaldo científico e pedagógico, promovam a circulação de conhecimentos confiáveis (Ferreira *et al.*, 2025), contribuindo para o combate à desinformação acerca da *Cannabis* medicinal.

O dia no CAp-UERJ

A ação extensionista aqui descrita se refere a duas aulas em duas turmas do 1º ano do ensino médio, na disciplina de Sociologia, beneficiando aproximadamente cinquenta e cinco discentes da educação básica e cinco licenciandos em Ciências Sociais e Pedagogia da UERJ, que acompanhavam as aulas nestas turmas.

A escolha do tema fundamentou-se na necessidade de ampliar o debate sobre a *Cannabis* a partir de uma perspectiva histórica e científica, rompendo com estigmas e utilizando a educação como ferramenta de conscientização social. É importante destacar que o CAp-UERJ, como espaço de realização das intervenções, expressou a importância da articulação entre universidade e escola, especialmente por se tratar de uma instituição que valoriza o pensamento crítico e a interdisciplinaridade. A preparação das aulas envolveu pesquisa prévia, planejamento pedagógico e adaptação da linguagem, garantindo maior adequação ao contexto escolar.

Antes das atividades, havia certa expectativa em relação à recepção do tema por parte dos jovens e da escola, considerando que a *Cannabis* ainda é um assunto cercado por estigmas. No entanto, desde o início da primeira aula, percebeu-se um ambiente de escuta e curiosidade, que favoreceu o diálogo respeitoso e o engajamento dos estudantes



da educação básica e dos licenciandos. A abordagem da temática também possibilitou uma discussão interdisciplinar, unindo elementos da biologia, da história, da sociologia e das políticas públicas. Essa integração de saberes reafirma o papel da extensão universitária na construção de uma educação contextualizada, crítica e socialmente comprometida.

As iniciativas desenvolvidas em sala de aula contemplaram diferentes seções, articulando aspectos científicos, históricos, legais e sociais relacionados ao uso medicinal da *Cannabis*. Essa abordagem buscou oferecer aos estudantes uma compreensão ampla e contextualizada do tema, favorecendo a reflexão crítica e o diálogo informado.

Na seção científica, foram apresentadas inicialmente as características botânicas da planta, destacando-se que a *Cannabis* é uma angiosperma nativa da Ásia, com três principais variedades: *Cannabis sativa*, *Cannabis indica* e *Cannabis ruderalis*. Também foram discutidos avanços da pesquisa científica na área, com ênfase na descoberta do sistema endocanabinoide e de seus receptores no organismo humano, ressaltando a relevância desses achados para a compreensão dos efeitos terapêuticos da *Cannabis*. Nesse contexto, abordaram-se ainda os usos atuais da *Cannabis* medicinal no tratamento de condições como epilepsia e transtornos do espectro autista, valorizando o papel da ciência na validação dessas aplicações.

A seção histórica foi explorada por meio de uma linha do tempo que contextualizou o uso medicinal da *Cannabis* ao longo dos séculos. Foram mencionados registros de utilização da planta ainda no período anterior a Cristo, bem como práticas posteriores, como o uso de compostos à base de cânhamo como anestésicos. No contexto brasileiro, discutiu-se o período entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930, quando a *Cannabis* era comercializada em farmácias para fins terapêuticos. Em contraponto, assinalou-se a mudança de paradigma ocorrida a partir de 1936, com a criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), que intensificou a repressão e impactou negativamente tanto o uso medicinal quanto a produção científica da planta (Rodrigues, 2025).

Ainda nessa seção, foram apresentados exemplos históricos internacionais, como a suspensão temporária da proibição do cultivo de *Cannabis* nos Estados Unidos durante a



Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o governo estadunidense promoveu a campanha “Hemp for Victory”, incentivando a produção de cânhamo para fins industriais e militares, evidenciando como contextos políticos e econômicos influenciaram as políticas relacionadas à planta (Pierro Neto; Pierro; Fernandes, 2023).

Já a seção jurídica e institucional abordou o panorama legal contemporâneo da *Cannabis* medicinal, tanto em nível federal quanto estadual, com destaque para o estado do Rio de Janeiro. Foram discutidas a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 327/2019, que regulamenta a fabricação, importação, prescrição e comercialização de produtos à base de *Cannabis* para fins medicinais (Brasil, 2019), e a Lei Estadual nº 10.201/23 (Rio de Janeiro, 2023), que dispõe sobre o fornecimento gratuito de medicamentos à base de canabidiol (CBD) a pacientes em situação de hipossuficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa discussão permitiu refletir acerca dos avanços e os desafios regulatórios relacionados ao acesso a esses tratamentos.

Por fim, na seção sociedade, foram apresentadas aos discentes associações de *Cannabis* medicinal que atuam no Brasil, com ênfase em iniciativas do estado fluminense, como a AbraRio Associação Brasileira de Pacientes de *Cannabis* Medicinal do Estado do Rio de Janeiro (AbraRio) e Apoio à Pesquisa e Pacientes de *Cannabis* Medicinal (APEPI). Destacou-se o papel dessas organizações no apoio a pacientes e familiares, na promoção do acesso a tratamentos e na disseminação de informações qualificadas, além de sua contribuição para o avanço da pesquisa científica e para o enfrentamento do estigma associado ao uso medicinal da *Cannabis*.

Ao fim desta exposição, abriu-se espaço para perguntas e debates que revelaram percepções diversas dos estudantes. Foi gratificante perceber que alguns alunos já conheciam o trabalho de associações voltadas à causa, seja por manterem contato com pessoas que atuam nessas organizações, seja por conhecerem pacientes beneficiados por elas. Em um cenário mundial marcado por visões políticas radicalizadas, é alentador constatar que há disposição para questionar e dialogar sobre temas socialmente relevantes. Em uma das turmas, por exemplo, enquanto uma aluna defendia com convicção o livre-arbítrio para o uso de *Cannabis*, sem interferência estatal, um colega, de posicionamento



religioso declarado, indagou se Jesus nos dias de hoje aprovaria o uso da *Cannabis*. A questão levou os realizadores à uma reflexão com imparcialidade, afastando-se de fundamentos religiosos e fundamentando-se exclusivamente em base científica.

Considerações finais

As atividades realizadas no CAP-UERJ possibilitaram observações importantes sobre o potencial pedagógico da proposta. A participação ativa, as perguntas espontâneas e o interesse demonstrado ao longo das aulas indicaram um engajamento significativo, constituindo indicadores simples, porém consistentes, de êxito da intervenção. A percepção das diferenças geracionais, especialmente no que diz respeito ao acesso à informação e à capacidade de argumentação, contribuiu para compreender como temas sensíveis podem ser abordados de maneira produtiva no contexto da educação básica.

A experiência também evidenciou que ações desse tipo podem ser adaptadas a diferentes escolas, séries e perspectivas interdisciplinares, especialmente envolvendo as áreas de conhecimento dos projetos, o que reforça a possibilidade de replicabilidade. A estrutura utilizada, envolvendo exposição dialogada, uso de exemplos concretos, levantamento de dúvidas e confronto com informações falsas, tem potencial para a promoção do pensamento crítico e para o enfrentamento de estigmas associados a temas complexos, como saúde, ciência e políticas públicas.

Algumas limitações devem ser consideradas. O tempo reduzido para as atividades, a sensibilidade do tema e a diversidade de posicionamentos culturais e religiosos nas turmas impuseram alguns desafios. Por não se tratar de uma intervenção continuada, o acompanhamento de efeitos de longo prazo não pôde ser realizado. Apesar disso, os resultados observados sugerem que iniciativas pontuais podem gerar impactos formativos relevantes quando articuladas de forma responsável e contextualizada.

Iniciativas como essas demonstram a relevância da extensão universitária enquanto prática que ultrapassa os muros acadêmicos e fortalece a formação crítica tanto de quem ensina quanto de quem aprende. A expectativa é que essa ação possa se desdobrar em



outras atividades semelhantes a serem repetidas no CAp-UERJ e em outras escolas da rede pública, já que esse é um dos objetivos de ambos os projetos extensionistas envolvidos.

Contribuições individuais de cada autor na elaboração do trabalho

Vitória Macario de Simas Gonçalves: Organizadora e realizadora das atividades sobre *Cannabis* medicinal no CAp-UERJ, integrante da “Liga Acadêmica de Ciências Cannabicas” da UERJ, além de escritora do relato.

Walace Ferreira: Organizador e realizador das atividades sobre *Cannabis* medicinal no CAp-UERJ, professor de Sociologia das turmas atendidas, coordenador do projeto “Sociologia, Juventude e Cidadania”, além de escritor do relato.

Guilherme Carneiro Montes: Organizador e realizador das atividades sobre *Cannabis* medicinal no CAp-UERJ, coordenador da “Liga Acadêmica de Ciências Cannabicas” da UERJ, além de escritor do relato.

Agradecimentos

Editais CNPq Nº 21/2023 — ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM SAÚDE COLETIVA.
Projeto: CannabiSUS: Inovação Farmacêutica, Sistematização de Saberes, Educação e Eficácia à Segurança na Aplicação Clínica da Cannabis no Sistema Único de Saúde
Número do Processo: 444648/2023-2.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.



BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada** — RDC nº 327, de 9 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os procedimentos para concessão da autorização sanitária para fabricação e importação, prescrição, dispensação, monitoramento e fiscalização de produtos de *Cannabis* para fins medicinais. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-327-de-9-de-dezembro-de-2019-232669054>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682/16074>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CORREIA, E. J. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 12-15, 2003.

CORREIA, E. S. Colégios de aplicação pedagógica: sua história e seu papel no contexto educacional brasileiro. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 9, n. 17, p. 116-129, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/619/pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FERREIRA, F. J. dos S. *et al.* Extensão universitária e educação básica: uso de estratégias didáticas para a promoção da difusão científica no ensino médio. **Revista Contemporânea**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/9254/6384>. Acesso em: 23 dez. 2025.

FERREIRA, W. *et al.* Formação docente em Sociologia no CAP-UERJ: uma experiência entre o ensino curricular e a extensão universitária. **Revista e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/50389/35481>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

MACARIO, V. *et al.* Liga Acadêmica de Ciências Cannabicas: uma iniciativa para discussão da *Cannabis* Medicinal. **Saúde Coletiva**, Barueri, v. 13, n. 88, 2023. Disponível em: <https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3100>. Acesso em: 23 dez. 2025.

MIRRA, E. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Papagaio, 2009.

MOREIRA, H. M. A.; LINS, M. R. F. O CAP-UERJ e a educação integral — Reflexões sobre o espaço e tempo escolar. *In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE*



CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS E PROPOSTAS, 10., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas da Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces: Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930/15904>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PIERRO NETO, P. A.; PIERRO, L. M. C.; FERNANDES, S. T. *Cannabis*: 12.000 anos de experiências e preconceitos. **Brazilian Journal of Pain**, São Paulo, v. 6, supl. 2, p. 80-84, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/Z47fDGfXC9SwbpwVPDBcWR/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 10.201, de 28 de junho de 2023**. Dispõe sobre o fornecimento gratuito de medicamentos à base de canabidiol (CBD) aos pacientes que comprovarem hipossuficiência, nas unidades de saúde pública conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ, 2023. Disponível em: <https://www3.alerj.rj.gov.br/visualizarTexto.do?tipo=LEI&numero=10201&ano=2023>. Acesso em: 17 jun. 2025.

RODRIGUES, K. Maconha já foi remédio no Brasil do século 19. **Agência Fiocruz de Notícias**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/maconha-ja-foi-remedio-no-brasil-do-seculo-19>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, A. F. da; FERREIRA, J. H.; VIERA, C. A. O ensino de ciências no ensino fundamental e médio: reflexões e perspectivas sobre a educação transformadora. **Revista Exitus**, Santarém, n. 7, p. 283-304, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/314/262>. Acesso em: 23 dez. 2025.